

DIREITOS DE PROPRIEDADE NO SÉCULO XX: RELAÇÃO ENTRE JAPONESES COLONOS E TRABALHADORES BRASILEIROS NA AMAZÔNIA

BRUNO DE SOUZA SILVA¹

RESUMO: O presente texto trata do período de efetivação da colonização de japoneses na Amazônia, década de sessenta, especificamente em Tomé-Açu, no vale do rio Acará, Pará. Região que desde 1929 recebeu japoneses, incentivados pelo governo do Estado a ocuparem terras na região. Os japoneses com auxílio de trabalhadores brasileiros desenvolveram a agricultura da pimenta-do-reino. A proposta de estudo discute a relação entre patrão, japoneses, e empregados, os brasileiros, compreendendo os tipos de trabalho e remuneração, visando desenvolver uma visão do contexto histórico e social nas plantações de pimenta-do-reino em colônias de japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização japonesa; Relações de trabalho; Direitos de propriedade.

ABSTRACT: The present text deals with the period of Japanese colonization in the Amazon, in the 1960s, specifically in Tomé-Açu, in the Acará river valley, in the state of Pará, which since 1929 has received Japanese, encouraged by the state government to occupy land in the region. The Japanese with the help of Brazilian workers developed the peppermint agriculture. The study proposal discusses the relationship between employers, Japanese, and employees, Brazilians, understanding the types of work and remuneration, aiming to develop a vision of the historical and social context in pepper plantations in colonies of Japanese in the Amazon in first half of the twentieth century.

KEYWORDS: Japanese colonization; Work relationships; Property rights.

83

INTRODUÇÃO

Tomé-Açu, no vale do Acará, foi o principal destino de imigrantes japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX, a partir da ocupação das terras na região e da

¹ Mestre em história social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: brunobss199@gmail.com

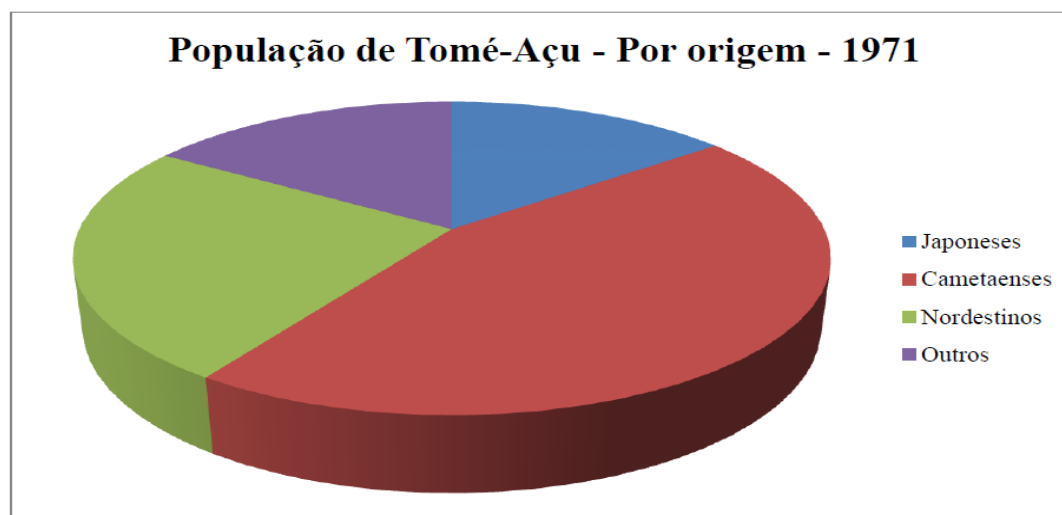
introdução da pimenta-do-reino², passou a ser uma região próspera, com oportunidades de trabalho e fortalecimento econômico baseado na agricultura. Segundo o Jornal *Nikkei Shimbun*, responsável pela publicação comemorativa dos 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, tal processo iniciou-se em 1929, com a chegada dos primeiros imigrantes na colônia de Acará, hoje o município de Tomé-Açu. Ao todo 42 famílias, no total de 189 membros na primeira leva de imigrantes. A imigração japonesa estava a serviço da Nantaku (Nambei Takushoku), Companhia de Colonização da América do Sul S.A, agência que incentivava a vinda dos japoneses, com parceria do governo brasileiro, sob chefia de Hachiro Fukuhara. O governo do Pará disponibilizou aos japoneses 600 mil hectáres de terras no município do Acará, atual colônia de Tomé-Açu (NIKKEY SHIMBUN, 2012).

No final da década de 1950 o distrito de Tomé-Açu, pertencente ao município de Acará, se tornou cidade. Fato que aumentou a expectativa econômica e social da região, onde a partir de 1950, passou a receber diariamente pessoas de várias regiões com diferentes objetivos. Esses sujeitos, nordestinos e amazônicos, na maioria das vezes passaram a desempenhar trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino, geralmente pertencente aos japoneses, sendo estes detentores da maioria das terras e plantações, conseqüentemente das oportunidades de trabalho. Os trabalhadores, nordestinos e amazônicos mantiveram relações e desempenharam ações no mais novo município do vale do Acará, enfrentaram conflitos, tiveram ganhos. O presente trabalho aborda a relação dos trabalhadores paraenses e migrantes nordestinos com os patrões, sendo importante compreender os aspectos que deram contornos ao cotidiano de trabalhadores rurais na sociedade amazônica.

Houve naquelas terras um emaranhado de ações entre diferentes culturas, relações de trabalho que geraram conflitos, amizades e crimes, e que devem ser consideradas para se pensar na realidade histórica que ali se passava. A Câmara municipal de Tomé-Açu, no início da década de 1970, fez o levantamento do número de moradores, junto ao censo municipal foi documentado a origem dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

² A lavoura da pimenta-do-reino modificou a agricultura paraense e mostrou a capacidade dos imigrantes japoneses de viabilizarem a agricultura nos solos pobres de terra firme. Durante a década de 1950 e início da década de 1960, a pimenta ficou conhecida como “diamante negro” (HOMMA, 2011).

Gráfico 01 - População de Tomé-Açu por origem dos sujeitos - 1971



Fonte: Dados coletados do acervo da Câmara municipal de Tomé-Açu. 1970

O levantamento feito a pedido da Câmara dos vereadores de Tomé-Açu, no início da década de 1970, fez uma estimativa do número de moradores do município. A pesquisa feita para fins políticos levou em consideração a origem dos sujeitos. Durante pesquisa foram avaliados 7,227 habitantes, sendo que a maioria eram naturais do município de Cametá, cerca de 2.937, em seguida nordestinos 1.891, e japoneses 917, 1.482 foram classificados como outros, aqui se inserem os acaraenses e sujeitos de outras regiões.

A pesquisa é importante para esclarecer que na década de 1970, a maioria dos sujeitos que residiam em Tomé-Açu eram cametaenses, nordestinos e japoneses. Os japoneses chegaram às terras de Tomé-Açu na década de 1920 (ISHIZO, 2007, p.43). Os cametaenses chegaram em busca de trabalhos nas plantações de pimenta-do-reino em meados dos anos quarenta (LIMA, 2016, p.32). Já os nordestinos começaram a ocupar o vale do Acará desde a década de 1950, sendo que nos anos sessenta o fluxo cresceu significativamente em função da busca de trabalhos e terras (SILVA, 2015, p.47).

Para Jackeline Lima (2016) os cametaenses também fizeram e fazem parte da história de Tomé-açu. Pois muitos deles estão presentes na realidade histórica e cultural da região e mantiveram relações de trabalho com os japoneses. Geralmente eram os nipônicos que detinham terras e trabalho, necessitando da mão de obra para a produção agrícola. Assim, tanto os cametaenses como os nordestinos, e os maranhenses, entraram em Tomé-açu para servirem de força de trabalho nas plantações de pimenta. Pode ser percebido que Tomé-açu atraía muitos, principalmente em busca de trabalho, nessas chegadas e partidas muitos se encontraram,

e muitas relações foram criadas. Não somente ações voltadas ao trabalho ou a busca de lucros, mas solidariedade, compartilhamento de conhecimentos.

Por se tratar de um estudo de história agrária, as questões que compõe a discussão em torno das relações de trabalho e terras necessitam de uma compreensão conceitual. No caso do vale do Acará, na Amazônia, os donos de terra eram os japoneses, proprietários, incentivados pelo Estado. Nesse sentido, é necessário analisar as questões ao conceito de Direito de Propriedade, para tratar a compreensão daqueles trabalhadores, amazônicos ou nordestinos que em terras nacionais foram explorados como força de trabalho nas plantações de estrangeiros. Ou mesmo, do sentimento de pertencimento e propriedade dos primeiros que chegaram à região em relação aos que posteriormente começaram a ocupar.

Pollig (2013), com base na célebre expressão de Rousseau “isto é meu” para referenciar a propriedade, lançamos a pergunta: como dizer a propriedade “é minha”? Foi na concepção de quem chegou primeiro a região e ocupou terras, que muitos japoneses argumentaram sua ocupação no vale do Acará e seu direito sobre as terras da região. O Estado concedeu as terras da região para os japoneses³ na década de 1920 sem considerar indígenas que ocupavam aquelas terras há séculos. A partir da ocupação, os japoneses passaram a se reconhecer como donos, assegurados pelo Estado. Com o desenvolver das atividades econômicas o poder dos japoneses foi aumentando, o uso de “sucesso” das terras, gerou uma agricultura que movimentou os rios da região com navios de carregados de sacas de pimenta-do-reino e homens em busca de trabalhos (SILVA, 2016, p.25).

O direito concedido aos nipônicos sobre terras amazônicas no século XX se constitui como a concessão para que estes, a partir dos resultados econômicos obtidos da agricultura, pudessem criar uma autonomia local. A partir da economia da pimenta-do-reino muitos homens e mulheres chegaram à região para trabalhar na colheita e manutenção nas plantações, em meio a contestações e lutas de classe foram havendo situações conflitantes resultados das relações de trabalho estabelecidas na região. Esses fatos são importantes para compreender a necessidade de realocar as pessoas que chegavam ao vale do Acará em outras terras que não fossem de propriedades dos nipônicos. Nesse contexto de colheitas e oportunidades de trabalhos, pessoas de diferentes regiões do Estado do Pará e do Nordeste do Brasil chegaram ao vale do Acará. Nesse sentido, houve um encontro de diferentes culturas, fortalecendo a composição social da Amazônia. Em meio a essa composição muitos fatos ocorreram para que se consolidassem os direitos, as vivências e as práticas.

³ A imigração de japoneses para a Amazônia no século XX se deu a partir de acordos feitos entre os governos do Brasil e Japão. Tomé-Açu e Monte Alegre no Pará, Parintins no Amazonas foram regiões que receberam imigrantes dos Japão. (ISHIZU, 2015, p.37) .

O TRABALHO E A REMUNERAÇÃO NAS LAVOURAS DE PIMENTA-DO-REINO EM TOMÉ-AÇU

Na década de 1950, antes mesmo da emancipação política de Tomé-Açu em relação a Acará, a economia da região já atraía sujeitos de vários municípios paraenses e de outros Estados, por conta das oportunidades de trabalho na agricultura da pimenta-do-reino. A produção tomeaçense elevou a região a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do mundo. Os trabalhos relacionados à agricultura da pimenta necessitavam da disponibilidade de mão de obra, sendo empregados nessas atividades muitos sujeitos. A região que mais disponibilizou sujeitos para servirem de mão de obra na produção foi o município de Cametá (TRINDADE, 2016, p. 19), em seguida os nordestinos.

A agricultura em Tomé-Açu proporcionou o crescimento econômico daquela região. Os japoneses eram donos de vastas fazendas de pimenta-do-reino, equipadas com maquinários usados nos trabalhos relativos à agricultura considerados modernos para a época.

Segundo Austriclinio Viana⁴, memorialista local, este foi trabalhador nas lavouras de pimenta-do-reino, afirma que os japoneses eram os donos de quase tudo, de Tomé-açu até o Breu, as terras eram predominantemente propriedades de nipônicos. Assim, a maioria dos nacionais que chegassem à Tomé-açu, sem poder aquisitivo se tornaria um trabalhador, possivelmente servindo nas plantações dos japoneses. Nagai (2013) afirma que Tomé-açu recebia diariamente muitos homens e mulheres de diversas regiões do Pará e do Brasil, que vinham em busca de ocupação e lucros, passando a desempenhar trabalhos nas lavouras dos japoneses.

Na Amazônia, foram introduzidos milhares de homens e mulheres de muitas origens, em diferentes períodos por diversos motivos. Algumas vezes o próprio governo incentivava a ida de sujeitos para a região. Porém, migração não pode ser somente associado à iniciativa governamental, pois é necessário que o sujeito tenha em suas terras de origem situações que o desmotive a permanecer, obrigando ou permitindo que ele se submeta a migrar. Becker (1990), define a mobilidade, migração, como um processo espacializado de fracionamento social, sendo que, especificamente na fronteira teremos a intensificação da utilização da mobilidade como pressuposto de dinamicidade e versatilidade para a ordenação do mercado de trabalho regional.

O vale do Acará sendo uma importante região da Amazônia e de forte agricultura, atraiu muitos homens e mulheres, se caracterizando como migrantes, porém os motivos que os levaram a região não foram totalmente esclarecidos, o que se pode evidenciar é que em terras da

⁴ Austriclineo Viana, 89 anos, natural de Cametá no Pará, aposentado, morador de Tomé-Açu. Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2016.

região se dedicaram em maioria a atividades ligadas a agricultura, que é a prática predominante na região. É notório que o processo migratório ocorrido no espaço regional amazônico tem como fundamento à intensa flexibilização da mão de obra (CAVALCANTE, 2005, p. 14).

Historicamente a Amazônia apresenta dados que expõem a recepção de muitos homens e mulheres de distintas regiões, principalmente do Nordeste do Brasil. Flávia Cavalcante (2005) escreve que na segunda metade do século XX a Amazônia recebeu milhares de migrantes em busca de diferentes objetivos, onde o Pará foi o Estado da região que mais recebeu contingentes populacionais, cerca de 54,5% eram de origem nordestina. Porém Cavalcante se remete principalmente a atração desses homens e mulheres como a busca de trabalhos nos projetos desenvolvidos na região pelo Governo Federal. Assim, o caso do vale do Acará se difere dos fatos expostos pela autora, pois a região ofertava oportunidades de trabalho na agricultura liderada pelos japoneses.

Guiados pela atração gerada pela notícia de possíveis oportunidades de trabalho, chegaram ao trapiche municipal de Tomé-açu quatro migrantes maranhenses, Arnésio Rodrigues de Sousa⁵, Francisco Ginéz, Eliézer Nogueira e Bernardo Nogueira, este último conhecido como Bébézão. Segundo Arnésio Rodrigues de Sousa, migrante maranhense, agricultor aposentado, dono de terras na Colônia de Canindé, e o único dos migrantes ainda vivo, informa que chegaram a Tomé-açu após dias de viagem partindo do Maranhão ao Pará, pois só se tinha notícias de que Tomé-açu ofertava oportunidades para homens que desejassem trabalhar em lavouras.

Arnésio Rodrigues de Sousa e os outros que com ele chegaram a Tomé-açu serviram de mão de obra nas plantações de pimenta-do-reino de propriedade do japonês Joarez Kimura. A fazenda onde Joarez Kimura era proprietário estava situada na região próxima ao espaço urbano de Tomé-Açu. Arnésio de Sousa diz que trabalhou inicialmente na limpeza das plantações e na adubação, pois eram os serviços disponíveis, já que em novembro a safra da pimenta-do-reino havia encerrado. Nas falas de Arnésio Rodrigues de Sousa todos os três que com ele vieram de Santa Quitéria do Maranhão conseguiram trabalhar nas propriedades de Joarez Kimora. A remuneração era feita a cada quinze dias com alguns descontos devido aos alojamentos utilizados pelos trabalhadores e alimentos comprados em um pequeno comércio do próprio patrão. As fazendas dispunham de alojamentos para os trabalhadores e alguns casos para a família deles também (TRINDADE, 2016).

⁵ Agricultor aposentado, 78 anos, morador da comunidade rural do Poerão. Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2018.

O grande aumento na produção da pimenta-do-reino nas décadas de 1950 e 1960 permitiu que os japoneses criassem uma estrutura maior na produção. Nesse período a pimenta-do-reino ficou conhecida como “diamante negro”, devido às mudas da Ásia levadas por imigrantes japoneses serem conhecidas como pimenta redonda ou pimenta preta, daí se deu o apelido de “diamante negro”, também pela “alavancada” que a produção da pimenta deu na economia paraense.

Arnésio Rodrigues e os outros prestaram serviços durante quase uma década para Joarez Kimura, japonês, dono de fazendas de pimenta-do-reino, junto a eles estavam cametaenses, pernambucanos e piauienses. Os trabalhos desenvolvidos nas fazendas pelos trabalhadores eram controlados pelos próprios patrões. Os serviços prestados eram pagos de duas formas, nas diárias ou empreitas, no caso do período de colheitas era pago de acordo com a produção. Para Akira Nagai (2015), os trabalhadores eram remunerados a partir dos serviços prestados e com acordos pré-estabelecidos. Nesse sentido havia um acordo que não era selado por contrato, a palavra do patrão e o acordo feito com o funcionário iria se tornar a “lei”. Era reconhecido como direito aquilo que teria sido acordado. Mas, obviamente que poderiam ter ocorrido fatos que não era cumprido o que havia sido combinado, gerando desconforto e conflitos. Nos arquivos públicos do município, nas conversas durante a pesquisa com os japoneses e nacionais, foi identificado a ausência de uma legislação trabalhista que regularizasse as ações dos patrões e trabalhadores. Também não foram identificados trabalhadores amparados pela possibilidade de aposentadorias por tempos de serviços ou algo parecido.

Podem ser afirmado que os migrantes do nordeste e mesmo da Amazônia que se deslocaram ao vale do Acará, principalmente nos períodos que antecedem o final da década de 1960, buscavam principalmente oportunidades de trabalho, haja vista que com a produção da pimenta-do-reino e seu valor comercial gerou além do fortalecimento da economia do vale do Acará a formação de um mercado de trabalho. Mercado de trabalho aqui entendido nas concepções de Suzy Koury (2015), sendo aquele no qual o trabalho é livre, caracterizado pela compra e venda da força de trabalho, em suas diversas formas, e pelo trabalho assalariado. Koury (2015) afirma que na Amazônia o mercado de trabalho surge no século XIX a partir da extração do látex com o auge do ciclo da borracha, que durou até meados de 1920.

Franciane Gama Lacerda (2006) em sua tese de doutorado trabalha a temática relativa aos migrantes na Amazônia, especificamente os cearenses. Segundo a autora, os migrantes do Ceará teriam ido para Amazônia fugindo da seca ou atraídos pelas oportunidades de trabalho, fato recorrente no vale do Acará no século XX, onde haviam oportunidades de trabalho e para muitos foi a oportunidade de fugir da realidade que sua região de origem oferecia. Arnésio

Rodrigues de Sousa conta que além de buscar oportunidades de trabalho também fugia das lembranças que tinham do vale do Parnaíba maranhense. As reflexões de Franciane Gama Lacerda enfatizam essas variadas experiências sociais, onde cada migrante atribui diferentes significados, novamente muito próximo das conclusões referentes a sujeitos como Arnésio Rodrigues de Sousa.

A atividade econômica que trouxe muitos migrantes cearenses até a Amazônia no século XIX e início do XX, foi à extração e comercialização do látex. A produção do látex passou a representar a modernização do espaço urbano amazônico. Diferente realidade vivenciada no mesmo período no Ceará. Nesse sentido a região amazônica passava a ser um espaço de oportunidades, (LACERDA, 2006, p. 12). Do mesmo modo o vale do Acará se tornou durante um período, espaço de oportunidade e crescimento econômico em relação às terras de origem dos migrantes que ali chegaram. A realidade econômica do vale do Acará era diferente de outras regiões da própria Amazônia, fatos que atraíram muitos trabalhadores que desempenhavam trabalhos na agricultura da região.

A jornada de trabalho não era regulada nem escolhida pelos trabalhadores, os patrões quem fixavam os horários com os prestadores de serviços. Akira Nagai afirma que o trabalho na agricultura da pimenta-do-reino, dependendo do acordo feito entre o patrão e empregado poderiam ser de curtas ou longas durações. Para Sérgio Martins (2002) a jornada de trabalho está ligada à ideia de medida do tempo de trabalho, correspondendo ao período em que o empregado está à disposição do seu empregador, aguardando ou executando ordens. Essa jornada é uma imposição do empregador, ou um acordo entre este e o empregado. A força de trabalho, mão de obra, passa a ser vendida, esse valor é atribuído geralmente ao tempo e ao trabalho desempenhado.

Porém, há diversas considerações quanto à jornada de trabalho, Amaurí Nascimento (2002) contribui enfatizando que existem três importantes considerações acerca de jornada de trabalho; a) tempo efetivamente trabalhado; b) tempo “in itinere”; c) tempo à disposição do empregador. Tempo efetivamente trabalhado corresponde jornada de trabalho como sinônimo de horas trabalhadas. Tempo “in itinere” jornada de trabalho, além das horas trabalhadas, o tempo em que o empregado gasta para se deslocar de sua residência para o trabalho e vice-versa. Tempo à disposição do empregador leva em consideração a jornada de trabalho as horas trabalhadas, acrescidas do tempo à disposição do empregador. Para pensar na realidade do vale do Acará, a terceira forma de jornada de trabalho é a que mais se assemelham as atividades e jornadas vividas pelos trabalhadores nas plantações de pimenta-do-reino.

A jornada de trabalho, os direitos dos trabalhadores, as regras impostas pelos japoneses donos de terras e plantações, são fatores necessários para evidenciar a relação entre patrão e empregados. Muitos maranhenses que foram para o interior do Pará, principalmente os primeiros que chegaram à região trabalharam nas lavouras de pimenta, nesse contexto tiveram que se adaptar as regras estabelecidas pelos patrões. As jornadas eram diversas e oscilavam dependendo do período, Arnésio Rodrigues diz que em períodos de colheita da pimenta não havia horário de parar de trabalhar. Antônio Carlos Costa⁶, agricultor maranhense, aposentado, atualmente morador de Água-Azul no Canindé, comenta que muitos maranhenses não gostavam de trabalhar com os japoneses, devido ao excesso de regras impostas pelos nipônicos.

A pimenta-do-reino é uma planta, que na sua forma adulta se torna um arbusto que necessita de tutor como apoio para fixação das raízes adventícias. A pimenta-do-reino⁷ produzida na forma de grãos secos (preta e branca), verde em conserva e em pó, é utilizada como condimento e na elaboração de alimentos industrializados. Ainda nas definições e informações relativas à pimenta-do-reino e suas condições é percebido a complexidade da plantação, da manutenção e da colheita, o tutor, que geralmente é uma estrutura de madeira em formato de estacas, sustenta a estrutura da trepadeira pimenta-do-reino. A retirada dos tutores é feita antes da plantação das mudas de pimenta, que por ser uma trepadeira necessita desse suporte. Assim, antes mesmo de plantar a pimenta-do-reino, era necessário fazer buracos no chão, por esse suporte para após esse procedimento, iniciar à preparação do solo, e a escolha de mudas de pimenta. Em resumo eram procedimentos feitos em períodos longos. (EMBRAPA, 2004, p.64).

Bernardo Caldas Costa⁸, migrante maranhense, 76 anos, foi trabalhador em plantações de pimenta-do-reino de japoneses na década de 1960, em entrevista expõe que eram muitos os trabalhos nas etapas da agricultura da pimenta. Nesse sentido, a necessidade de mão de obra se torna ainda maior, essa complexidade na produção e implantação de “pimentais³⁷”, possibilita perceber que se torna uma produção que necessita de grandes investimentos. Assim, para produzir pimenta era necessário ter terras e madeira para servirem de “tutores” ou “estacas”

⁶ Antônio Carlos Costa, agricultor aposentado, 63 de anos, maranhense, morador da vila Água-Azul na região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 23 de julho de 2017.

⁷ pimenteira-do-reino (*Piper nigrum* L.) é uma espécie perene, semi-lenhosa e trepadeira. O gênero *Piper* pertence a classe das Dicotiledôneas, ordem Piperales e família Piperaceae. O caule é formado por duas partes distintas: a haste central que possui raízes adventícias, grampiformes, que se originam nos nós e aderem livremente no suporte (ramo ortotrópico) e as hastes laterais que são desprovidas de raízes aderentes e cujas gemas originam as flores e frutos (são chamados ramos de frutificação ou plagiotrópicos). As folhas são pecioladas e localizadas à altura dos nós existentes nos ramos. (Manual Segurança e Qualidade para a Cultura da Pimenta-do-Reino Brasília: EMBRAPA/SEDE, 2004. 65 p. (Qualidade e Segurança dos Alimentos). Projeto PAS Campo. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE/EMBRAPA, 2004, p.64)

⁸ Agricultor aposentado, 76 anos, morador da comunidade rural de São José em Tomé-Açu. entrevista concedida em 12 de janeiro de 2018.

para sustentar a estrutura da trepadeira, fatores que aumentam o valor do investimento. Restringindo aos homens de posse, que detinham poder financeiro, a possibilidade de possuir plantações de pimenta. Como os trabalhos relativos à produção de pimenta-do-reino eram complexos e necessitavam de mão de obra em quantidade, muitos homens e mulheres se destacaram de suas regiões para o vale do Acará. Reforçando que foi nesse contexto que vieram nordestinos, e pessoas de outros municípios paraenses chegaram a Tomé-açu.

Para Gehard Flohrschutz (1983) a produção da pimenta-do-reino e a construção de um pimental, necessitam de um trabalho exaustivo e de mão de obra para desempenha-los. É necessária a preparação da área para receber a plantação, a derrubada das árvores, limpeza da área. É necessário enfatizar que na década de 1960, as paisagens que predominavam em Tomé-Açu, eram de florestas grosseiras e matas fechadas, e uma fauna e flora praticamente inalterada. Assim, o procedimento para a implantação de um pimental necessitava de esforços ainda maiores. A limpeza da área, a introdução das estacas ou tutores, a preparação do solo, a seleção da mudas, a introdução das mudas, além da manutenção. Esses procedimentos foram apontados por Akira Nagai como necessários para a implantação de uma plantação de pimenta-do-reino.

Raimunda Custódia Pontes de Souza⁹, agricultora, 77 anos de idade, trabalhou nas lavouras de pimenta-do-reino de japoneses na década de sessenta, afirma que o período em que mais necessitavam de mão de obra era nas colheitas. Para a implantação dos pimentais, diferente do período de colheita, os homens eram os mais procurados, já nas colheitas não havia preferência, sendo o período de jornadas de trabalho exaustivas. Pedro Rocha, diz que nas colheitas os trabalhadores entravam no pimental ainda sem ver o sol, com pausa curta para o almoço, deixando as plantações somente ao escurecer. Pois a maioria das vezes os valores os trabalhadores recebiam por produção, quanto mais quilos eram colhidos, mais eles recebiam. Essa forma de remuneração levou aos pimentais famílias inteiras, inclusive as crianças que reforçavam a atividade familiar na colheita da pimenta no vale do Acará. Joana Meireles⁴⁰, cametaense, 91 anos, trabalhou nas colheitas de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, conta que era comum crianças participarem dessas atividades para ajudar os pais.

⁹ Agricultora aposentada, 77 anos, moradora da comunidade rural de São José, Tomé-Açu. Entrevista concedida em 14 de maio de 2018.

Colheita de Pimenta-do-reino – Tomé-Açu, 1960



Fonte: Acervo particular de Mayara Bianca, 2015

A imagem acima expõe o período de 1960 em uma colheita de pimenta-do-reino em Tomé-Açu onde famílias inteiras se juntavam para prestarem serviços em plantações. A direita da imagem uma criança colhe pimenta da árvore, mostrando a diversidade entre a idade de quem prestava serviços nos períodos de colheitas. Essa imagem se configura uma importante fonte histórica. Essa fonte expressa fatores intrínsecos, além de sentirmos emoções, podemos ler informações, entender situações, descrever paisagens, objetos e pessoas de forma não textual, imaginar épocas e pessoas, enfim lembrar (STAMATTO, 2009). Nesse sentido pode-se perceber uma imagem muito comum no vale do Acará nas décadas de 50, 60 e 70. O trabalho infantil, as longas jornadas de trabalho não eram combatidas, pelo contrário, esse tipo de trabalho era prática comum. Nos registros encontrados sobre o período não é percebido o combate ao trabalho infantil, sendo comum crianças participarem dos trabalhos. Durante as atividades de pesquisa a delegacia da cidade, o fórum, foram visitados, porém os documentos acessados não expõe ações do Estado que proibissem o trabalho de crianças ou as longas jornadas no período de colheita.

Dentre esses trabalhadores haviam homens e mulheres de diferentes origens e vários objetivos. Alguns passavam todos os períodos trabalhando em plantações de pimenta-do-reino de japoneses, porém outros só prestavam serviços no período de safras. Portanto, este último é conhecido como safrista. Caracteriza-se como safreiro ou safrista o trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato de safra, assim considerado aquele que tenha sua duração dependente de variações estacionais das atividades agrárias. São assim entendidas as tarefas normalmente executadas no período compreendido entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita (SANTOS, 2013, p. 12).

O cotidiano nas plantações de pimenta-do-reino é descrito por Akira Nagai como exaustivo. Este é filho de japoneses, que em 1960 tinham posses em Tomé-Açu, compostas de grandes plantações de pimenta-do-reino e serviam de local de trabalho para muitos migrantes. No período de safra ainda na ausência do sol homens e mulheres e crianças se dirigiam às plantações de pimenta com o intuito de colher grandes quantidades de pimenta-do-reino, e conseqüentemente gerar rendas. Os serviços perpassavam o dia sem que os trabalhadores fossem às suas casas. As refeições, as necessidades fisiológicas eram feitas nas dependências das plantações de pimenta. Dentre os que prestavam serviço nas colheitas havia um fiscal que fazia a pesagem da produção, pois o serviço de colheita era remunerado a partir da quantidade de pesos que os trabalhadores colhiam. Prisco dos Santos, comenta que muitos levavam filhos justamente para que houvesse aumento na quantidade de sacas colhidas e conseqüentemente no valor que receberiam.

Como os serviços eram diversos em torno da plantação e produção da cultura da pimenta-do-reino no vale do Acará, a forma de remuneração e relação entre o empregado e empregador eram variadas. Pois no período de criação e implantação de um pimental era necessário vários serviços. Segundo o maranhense Arnésio Rodrigues, a remuneração poderia ser na forma de empreita, onde o próprio trabalhador era quem fazia seu horário de entrada e saída. Assim um serviço era ofertado e ficava a critério do trabalhador o término da empreita. O trabalhador empreiteiro é a pessoa que, mediante contrato de empreitada, executa serviços, como limpeza de pasto, catação de café, capina de milho etc, por preço determinado (SANTOS, 2013, p. 14). Esse período de empreita era negociado com o patrão, e dependendo do valor estes desempenhavam o serviço.

Foi nesse contexto que Arnésio Rodrigues junto a outros dois homens trabalhavam em uma empreita para Joarez Kimora para fazerem cerca de três mil “tutores”, estacas de madeira. Essa prática era conhecida como “bater estacas”. Arnésio, Eliezer e Raimundo Martins, os dois são nordestinos do Maranhão e o último era natural do estado do Ceará. Estes homens trabalharam por quase três meses nessa empreita. Para isso o patrão, empregador disponibilizava o material para esses serviços, com exceção dos alimentos e água. Novamente os trabalhadores recorriam à fartura oferecida pelas florestas do vale do Acará. Podemos perceber que nas relações de trabalho entre japoneses e migrantes nacionais, onde os japoneses eram os detentores das oportunidades de trabalho e os migrantes da força, não havia a oferta direta de alimentos e água, predominando o que é dito costumeiramente no vale do Acará, como alimento e água por conta do trabalhador. Em 1963, ano da empreita em que os três migrantes prestaram serviços a Joarez Kimora, na região ainda haviam matas densas e árvores grandes, o

que necessitava maiores trabalhos para a derrubada e para extrair madeira desta, essa madeira era transformada em suporte, estacas usadas para sustentar árvore da pimenta do reino. Porém, havia grande disponibilidade de arvores como o acapú¹⁰, que era a madeira mais usada por sua resistência a períodos de chuva. Arnésio relata que os trabalhos eram muito cansativos, era necessário derrubar as árvores para depois rachar as toras ao meio. O instrumento utilizado eram as “roladeiras”, grandes serras de uso manual que eram usadas para as derrubadas de árvores. Os serviços que envolvem a derrubada de árvores e a retirada de madeiras geralmente eram delegados aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi percebido que as atividades ligadas a terra no Pará, tiveram influencias significativas na sociedade, as relações de trabalho e conseqüentemente a economia foram alteradas a partir da introdução da cultura da pimenta-do-reino. O trabalho rural, os trabalhadores, os patrões, em múltiplas relações, desenvolveram modos de vida e exploração, onde os japoneses se posicionaram como detentores do direito de propriedade, amparados pelo Estado, restando aos brasileiros à possibilidade de tornarem-se empregados ou se embrenharem em áreas desocupadas. Os privilégios dos japoneses junto ao Estado, relacionados à distribuição e concessão de terras, desenvolveram nos nacionais sentimentos diversos, que culminaram em crimes, conflitos e fins de relação de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Berta. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência - Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? p. 135-159. *Parcerias Estratégicas*, n.12, set. 2001.
- CAVALCANTE, Flavia Costa. O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade pelo trabalho – o caso da UHE de Tucuruí. In. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Anais.. USP, São Paulo, 2005.
- FLOHRSCHUTZ, G. *Análise econômica de estabelecimentos rurais no município de Tomé Açu, Pará: um estudo de caso*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. (Documento,19).

¹⁰ O Acapú, é uma árvore não muito alta, que pode atingir 20 metros de altura, de belo aspecto, bastante ramificada com folhagem escura e belas inflorescências no início da estação chuvosa, de janeiro a março, conforme os lugares e os anos. De madeira muito apreciada por sua resistência. *Revista Árvore março-abril. SIF - Sociedade de Investigações Florestais - Viçosa/MG - 2002 -ISSN0100 - 6762 - Página 219.*

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearense no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. 2006. Tese (doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2006.

LIMA, Jackeline. *Bravos remadores; Cametaenses em Tomé-Açu*. FACHTO-UFPA- 2016.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. *Revista de educação, cultura e meio ambiente*- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Uberlino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. – Campinas, SP: Papirus, 1988.

SANTOS, Rui. *Direitos de Propriedade Fundiária e Estratificação Social Rural: Um Contributo Sociológico*. In: GARRIDO (eds.). Estudos em homenagem a Joaquim Romero de Magalhães: economia, instituições e Império. Coimbra: Almedina, 2012, p. 227-293.

SILVA, Bruno de Souza. *Em novas terras; Migração nordestina e vida rural na vila de Forquilha*. (Pará, 1970-1980). UFPA, Tomé-Açu. 2015.